

A estratégia de governabilidade francesa na Amazônia Setentrional.

Gabriella Figueiredo Costa

Mestranda em Estudos de Fronteira – PPGEF/UNIFAP (gabi-ap@hotmail.com)

Donizete Vaz Furlan

Doutorando em Estudos de Fronteira – PPGEF/UNIFAP (donizete@gouveiaefurlan.com.br)

Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa

Orientador – PPGEF/UNIFAP (paulogustavo1978@gmail.com)

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Segurança, Governança na Amazônia.

INTRODUÇÃO

A *Cité du Ministère de la Justice*, na Guiana Francesa, faz parte de uma política de integração inédita para o Estado francês, que reunirá um tribunal judicial, um estabelecimento penitenciário de segurança máxima, serviços de reintegração social e demais órgãos auxiliares da justiça. Posta esta realidade, faz necessário, elencar quais fatores levam o Estado Francês a intensificar sua presença, por meio da implantação deste complexo judicial integrado, no espaço fronteiriço amazônico constituído pela França–Brasil–Suriname. Assim, esta pesquisa tem o objetivo, analisar a configuração do *Cité du Ministère de la Justice en Saint-Laurent-du-Maroni* como instrumento estratégico de afirmação da soberania e controle territorial do Estado Francês, na Guiana Francesa.

METODOLOGIA

Estudo qualitativo, de cunho bibliográfico e documental, no qual foram analisados 69 documentos públicos oficiais do Governo Francês, Défenseur des Droits, Prefeituras de Cayenne e Saint-Laurent, Senado e Assembleia Legislativa da França, além de autores e relatórios que tratam dos critérios institucionais, jurídicos e territoriais que fundamentam a escolha da Guiana Francesa como sede da “*Cité*” pelo Estado Francês. O levantamento bibliográfico, colaborou para contextualizar os fatores históricos, políticos e sociais que condicionaram a intensificação da presença do Estado francês na Amazônia Setentrional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o relatório do *Défenseur des droits* (2016), o crescimento populacional na Guiana Francesa, tem gerado desequilíbrio nas obrigações administrativas do Estado, além de desordem ambiental, exploração do minério ilegal e, conseqüentemente, as derivadas ilicitudes advindas desta ação, que corroboram para a necessidade de ações imediatas dos órgãos federativos responsáveis pela região.

Para o Senado francês (2025), a violência é endêmica na Guiana, reafirmando o aumento nos índices de criminalidade e evidencia que se trata de um contexto regional onde a violência é muito prevalente. Posto que, o território guianense possui fronteiras porosas, longas e difíceis de controlar, o que favorece a atuação de redes criminosas transnacionais, tornando o Estado incapaz de alcançar o controle na região.

A literatura aponta o aumento significativo da criminalidade na região da Guianense nos últimos anos, conforme disposto no Serviço Estatístico Ministerial da Segurança do Interior (2025). O sentimento de insegurança e de ausência estatal foi o estopim para culminar inúmeras manifestações populares em toda região guianense, conforme a avaliação de Cavlak (2023). Com a pressão popular e dos poderes legislativos e judiciário, o Governo francês desenvolveu um Plano de Emergência, visando implementar diversas políticas, em diferentes segmentos, na região. Dentre eles, destaca-se iniciativa, inédita, da implantação da *Cité du Ministère de la Justice*.

CONCLUSÃO

A análise dos documentos oficiais e relatórios institucionais evidencia que a implantação da *Cité du Ministère de la Justice* na Guiana Francesa, representa um novo redirecionamento da política de governança da França na região. Esta obra não reflete apenas nas respostas às demandas sociais ou de implementação de infraestrutura para a operacionalização de serviços estatais, trata-se da materialização de uma política de governabilidade e de afirmação da soberania do Estado Francês no contexto amazônico. Esta iniciativa integra um projeto político de governança e de controle territorial na Amazônia Setentrional, uma vez que as áreas de fronteiras são importantes espaços de consolidação da garantia de estabilidade e segurança de um país.

REFERÊNCIAS

Défenseur Des Droits. **Acces aux droits et aux services publics en guyane: Compte rendu du déplacement du Défenseur des droits en octobre 2016**. Disponível em: https://www.defenseurdesdroits.fr/sites/default/files/2023-10/ddd_rapport_acces-aux-droits-et-aux-services-publics-en-guyane_2016.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

CAVLAK, Iuri. Revolta Política e Contradições Sociais na Guiana Francesa. HISTÓRIA REVISTA (ONLINE), v. 28, p. 157-184, 2024.

SENADO. **Relatório Nº 264**. Rapport d'information fait au nom de la délégation sénatoriale aux outre-mer (1) sur l'action de l'État outre-mer: pour un choc régalien. Disponível em: <https://www.senat.fr/rap/r24-264/r24-2640.html>. Acesso em: 28 mai. 2025.

SSMSI. **Service Statistique Ministériel de la Sécurité Intérieure**. Disponível em: https://ssmsi.shinyapps.io/donneesterritoriales/_w_70adaab585ff41c89dccb5cceb2446d/#tab-2342-2. Acesso em: 30 ago. 2025.